

A Governança Global do G8

39

JOHN KIRTON¹

I. INTRODUÇÃO

De 14 a 15 de novembro de 2008, os líderes dos vinte países sistematicamente relevantes do mundo reuniram-se em Washington para sua “Reunião de Cúpula sobre Estabilidade Financeira e Economia Mundial.” Foi a primeira cúpula do Grupo dos Vinte (G20). Teve lugar uma semana depois que o fórum anual dos ministros das finanças do G20 reuniu-se em São Paulo, com o Brasil como anfitrião pela primeira vez (KIRTON & KOCH, 2008). A cúpula de Washington mostrou que a crise financeira e econômica que o mundo vive era tão séria que sua solução demandava a ação de líderes e não apenas a dos ministros das finanças e presidentes de bancos centrais. Ao convocar e sediar a cúpula, o presidente George Bush admitiu que os Estados Unidos sozinhos não seriam capazes de resolver o problema e precisavam de muito mais ajuda do que a que o Fundo Monetário Internacional (FMI), amplamente multilateral e por eles controlado, podia fornecer. Tal declaração sugeriu a alguns que o fórum dos ministros das finanças do Grupo dos Sete (G7) e o clube de cúpula do Grupo dos Oito (G8) já existentes, logo seriam substituídos por essa cúpula mais abrangente do G20 como núcleo permanente de governança financeira, econômica e geral de um mundo agora globalizado.

1. Agradeço a Jenilee Guebert, pesquisadora sênior do grupo de pesquisa do G8 pelo auxílio no tocante à pesquisa.

Essas rápidas conclusões são incorretas, pois a cúpula do G8 e seu sistema básico terão uma relevância contínua e, com efeito, crescente no exercício de uma governança global eficaz e legítima nos anos vindouros. Conforme reconheceram os próprios líderes do G20 em sua declaração de encerramento, o mundo enfrentou vários outros “desafios cruciais, como a segurança energética e a mudança climática, a segurança do abastecimento de alimentos, o Estado de Direito e a luta contra o terrorismo, a pobreza e as doenças” (G20 2008). Poderiam ter citado ainda a luta pela não-proliferação nuclear no Irã, na Coreia do Norte e no instável Paquistão, a vitória na guerra pela democracia, pelo desenvolvimento e pela diversidade no Afeganistão, bem como a promoção da democracia nos países-membros do G20 onde ela se achava ameaçada ou era apenas incipiente, como, em especial, na Rússia, na China e na própria Arábia Saudita.

Enfrentar e vencer esses desafios globais exige um G8 que foi criado em 1975 com a missão central de proteger os países-membros e promover globalmente os valores da democracia aberta, das liberdades individuais e do progresso social. Ao longo dos 34 anos seguintes de reuniões anuais de cúpula, o G8 repetidas vezes cumpriu tal missão. Em meio a fracassos eventuais, soluções parciais e muitas decepções, o G8 ajudou a democratizar pacificamente a Rússia, bem como a maior parte do mundo comunista e outras nações politicamente fechadas. Ajudou, ainda, a impedir o genocídio em Kosovo, a acabar com as armas de destruição em massa na ex-União Soviética e em outros lugares, a conduzir a guerra contra o terrorismo, a controlar a mudança climática e a combater a pobreza, por meio do perdão da dívida para os mais pobres, e as doenças, através da criação do Fundo Global Contra AIDS, Tuberculose e Malária.

O G8 produziu tais resultados na condição de um clube coeso dos países mais poderosos do mundo, cujos líderes eleitos pelo povo admitem as vulnerabilidades que seus países têm em comum, a inadequabilidade do unilateralismo americano ou do multilateralismo ao estilo dos anos 40, as condições globalmente predominantes e internamente equivalentes que detêm, bem como sua responsabilidade de partilhar com o mundo como um todo os princípios democráticos que valorizam. Quando se reúnem todos os anos, eles são capazes de combinar de forma abrangente todas as questões e abordagens em um conjunto global coerente, de usar sua posição de predomínio para lastrear os propósitos comuns e pessoalmente assumir o compromisso de atingir essa meta coletiva nos anos futuros. Tal capacidade contínua de liderar a comunidade global no enfrentamento dos desafios atuais foi comprovada na cúpula

mais recente do G8 no Japão em julho de 2008, sobretudo com respeito ao problema global da mudança climática. Na condição de um clube que vem aprofundando sua própria natureza democrática através da ampliação do número de associados e participantes, fortalecendo suas instituições e abrangendo de forma mais próxima a sociedade civil, o G8 está preparado, apto e disposto a funcionar como um centro crescente de governança democrática global para um mundo que enfrenta graves dificuldades.

2. OS DESAFIOS GLOBAIS DO G8

A comunidade global enfrenta no momento uma crise financeira e econômica de velocidade, gravidade e âmbito inéditos, carregada de extraordinária complexidade, de incerteza com relação a suas causas e mecanismos de contágio, bem como quanto às medidas de contenção capazes de funcionar. Essa crise transatlântica que se tornou global, financeira que se tornou econômica, vem rapidamente se transformando numa crise que afeta o desenvolvimento sustentável, a saúde, que aumenta a pobreza, a desigualdade social e a instabilidade política. Os líderes atuais, que se recordam nitidamente da última crise similar nos anos 30, podem facilmente lembrar seus efeitos desastrosos sob vários aspectos naquela época. No encerramento da primeira cúpula do G20, o anfitrião George Bush declarou: “Aqueles de vocês que acompanham a minha carreira sabem que sou defensor do livre mercado — até ouvir que se não forem tomadas medidas decisivas é possível que o nosso país mergulhe numa depressão maior do que a Grande Depressão” (BUSH, 2008). Os líderes do G20 e seus cidadãos também são capazes de racionalmente calcular que a crise é capaz mesmo de acabar gerando o genocídio, a guerra global e novas armas de destruição em massa. No entanto, seus esforços na nova cúpula do G20 estão totalmente dirigidos, no que tange ao futuro próximo, para o controle do claro e existente perigo da crise financeira e econômica em seu âmago. Com efeito, foi elaborado na reunião de Washington um ambicioso programa de trabalho abrangendo a estabilidade financeira, o crescimento econômico, a liberalização do comércio e a reforma das instituições financeiras internacionais (IFI). Eles disporão de apenas um dia na próxima reunião de cúpula em Londres, em 2 de abril de 2009, para tomar decisões chaves sobre tais questões e definir o próximo estágio na administração das mesmas. Devido à extrema dificuldade de agendar reuniões de um grupo bastante diversificado de vinte líderes, poucos deles se mostram ansiosos para acrescentar outros temas à já enorme lista existente.

Assim, é provável que os líderes do G20 deixem todos esses outros desafios globais nas mãos do clube do G8 que vem lidando com eles de maneira eficaz ao longo dos últimos 35 anos e que há muito se programou para abordá-los em La Madalena, na Itália, de 8 a 10 de julho de 2009, e em Huntsville, no Canadá, de 25 a 27 de junho de 2010. Para 2009, o primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi prometeu que sua reunião de cúpula abordará a mudança climática, a energia renovável, a segurança do abastecimento de alimentos, a reforma das IFI, a energia nuclear, a proliferação e o desarmamento, o terrorismo, o Afeganistão, o Paquistão, a África e outros temas cuja abordagem é possível apenas para um clube de democracias. Ele convidará não-membros do G20, como o Egito, a participar (GUEBERT, 2008a). Para 2010, o primeiro-ministro canadense Stephen Harper disse que focará os mercados abertos, a mudança climática e a democracia, os direitos humanos e o Estado de Direito (GUEBERT 2008b).

Esses desafios se tornaram a atribuição central do G8. São muito mais portentosos, sob vários aspectos, do que os financeiros e econômicos. A mudança climática e a proliferação nuclear destacam-se como dois problemas genuinamente globais — problemas capazes de destruir para sempre toda a vida humana do planeta. As doenças infecciosas e a biodiversidade, e, por isso, a insegurança quanto aos alimentos e à energia aparecem em segundo lugar como assassinos potenciais de um grande número de indivíduos no mundo todo. Tanto a segurança da humanidade quanto a segurança nacional são ameaçadas pela guerra, pela limpeza étnica e o genocídio potencial em muitas nações falidas, à beira da falência e frágeis, como o Congo, integrantes do Chifre da África e do Oriente Médio, o Afeganistão e o Haiti. E o terrorismo continua a matar civis inocentes, se não nos Estados Unidos após 11 de setembro de 2001, certamente na Europa, na Rússia e na Indonésia e no subcontinente indiano até hoje.

Esses desafios são mais letais e genuinamente globais do que os atuais problemas financeiros e econômicos. São ainda mais interligados, complexos, difíceis de solucionar, cumulativamente onerosos e até mesmo irreversíveis, caso a comunidade global não consiga lidar com eles.

A mudança climática destaca-se como desafio central. As provas mais recentes sugerem que o mundo está testemunhando pela primeira vez na história documentada uma re-carbonização do suprimento energético mundial. O aquecimento global e os ciclos autoalimentadores por ele detonados progredem mais rápida e plenamente do que o relatório mais recente do

Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, em inglês) previu. No entanto, a resposta do sistema das Nações Unidas (ONU), com base no Protocolo de Kioto, vem falhando redondamente no controle das fontes de emissões de gases de efeito estufa mesmo naqueles poucos países que concordaram em reduzi-las. Enquanto isso, a ONU perdeu de vista a importância similar dos reservatórios para absorção de carbono da atmosfera, privando o mundo de um painel intergovernamental paralelo sobre biodiversidade para registrar a maneira como esse insubstituível bem público global vem sendo silenciosamente destruído para sempre. A ONU, assim, deixa de reconhecer a extraordinária contribuição que o grande potencial de biodiversidade do Brasil, da Indonésia, da África sub-sahariana e de outros países emergentes e em desenvolvimento poderia representar para o controle da mudança climática. A perda da biodiversidade também prejudica diretamente a segurança do abastecimento de alimentos, já ameaçada em várias das principais economias avançadas pela busca de energia limpa por meio de biocombustíveis e em muitas economias em desenvolvimento devido ao desmatamento e à dependência de combustíveis baratos à base de carbono para protelar a iminente pobreza energética, qualquer que seja o ônus cumulativo e global.

A proliferação nuclear e os acidentes nucleares, o inverno nuclear, o terrorismo nuclear e a potencial guerra nuclear que a primeira pode fomentar representam o segundo grande desafio global. Nesse ponto, a onda de não-proliferação nuclear horizontal e vertical imediatamente após a Guerra Fria vem sendo revertida, mais especificamente com a explosão, pelo instável Paquistão, da sua bomba em 1998, com o desenvolvimento, pelo Irã e pela Coreia do Norte, das suas próprias e pela ameaça da Rússia de voltar a se armar em larga escala. Além dos acidentes nucleares na usina de Three Mile Island nos Estados Unidos, em 1979, e do de Chernobyl na União Soviética em 1986, houve ainda os de Tokaimura, em 1999, e alhures no Japão. Para alimentar o potencial de proliferação contribui o fato de que o mundo hoje se volta racionalmente para a energia nuclear civil como uma fonte limpa de energia praticamente isenta de carbono, imune a vazamentos e relativamente segura. Ao mesmo tempo, a letal associação de armas de destruição em massa e terrorismo já ocorreu, se não ainda na esfera nuclear em um Paquistão ou Irã instáveis, decerto na seara das armas biológicas, com os ataques de antraz nos Estados Unidos no outono de 2001 e no campo das armas químicas, com os ataques com gás sarin no metrô de Tóquio, no Japão, em 1995.

3. A CONTRIBUIÇÃO DE GOVERNANÇA GLOBAL DO G8

Desde seu início, em 1975, o G8 enfrentou diretamente esses desafios genuinamente globais (PAYNE, 2008). Venceu-os algumas vezes, ao menos por um período, com uma governança global decisiva e eficientemente exercida que apenas ele, na condição de um conjunto democrático global, poderia prover e, com efeito, proveu. Na verdade, ao lado de seus eventuais fracassos e frequentes progressos parciais, o G8 logrou vários sucessos no que tange à definição de questões que o sistema da ONU deixou de resolver ou sequer tentou abordar.

Sobre a mudança climática, em 28 de junho de 1979, no encerramento da sua reunião de cúpula em Tóquio, os líderes do então Grupo das Sete (G7) principais democracias de mercado declararam sem rodeios: “precisamos ampliar as fontes alternativas de energia, sobretudo aquelas que ajudem a impedir o aumento da poluição, em especial o aumento de dióxido de carbono e óxidos de enxofre na atmosfera” (G7, 1979). Reconheciam, assim, a necessidade de paralisar imediatamente, nos níveis de 1979, a concentração de dióxido de carbono (CO₂) no clima mundial. Nos cinco anos seguintes, eles e as nações ricas suas parceiras seguiram nessa direção desejada, com as suas emissões de CO₂ na atmosfera diminuindo com constância. Como em lugar algum do sistema da ONU a mudança climática foi identificada como um problema que carecesse de políticas, coube ao G8, sozinho, dentre as instituições de governança global, a consecução desse resultado salutar. De 1985 a 1990, o G7 definiu os princípios e tomou as decisões para viabilizar a Eco 92 da ONU no Rio e sua Convenção Básica das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Apenas quando a ONU assumiu o desafio da mudança climática, as emissões voltaram a subir, mesmo na vigência do Protocolo de Kioto de 1997. O regime defendido pela ONU produziu metas e prazos muito menos ambiciosos, respeitados e eficazes que os estabelecidos pelo G7.

Quanto à proliferação nuclear, o G8 também agiu de forma decisiva e bem-sucedida desde o início, em seguida ao choque da explosão nuclear indiana em maio de 1974. Para tanto criou o London Nuclear Suppliers Group, do qual fazia parte a União Soviética e, depois, constituiu a Avaliação do Ciclo de Combustível Internacional, que deu origem a salvaguardas de amplo espectro por parte dos membros do G8. Em consequência, todos os países membros bem equipados do hemisfério norte concordaram em não transferir materiais nucleares para qualquer proliferador potencial que não respeitasse os padrões estritos estabelecidos pelo G8. O G8 também agiu com

presteza para promover a segurança nuclear. No décimo aniversário de Chernobyl, em 1996, o G8 realizou a cúpula de Moscou sobre segurança nuclear e segurança — a primeira cúpula intersessional totalmente voltada para um tema específico, que o grupo permitiu que fosse sediada numa Rússia em processo de democratização às vésperas de eleições. Em 1998, o G8 reagiu contra as explosões nucleares da Índia e do Paquistão, produzindo, como em 1975, uma suspensão que durou cerca de uma década antes que um novo surto de proliferação ocorresse, agora liderado pela Coreia do Norte. A governança do G8 sobre a questão da não-proliferação global mostrou-se mais eficaz do que a exercida pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) ou a do próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC), pois o G8 repetidas vezes estabeleceu, em prol de seus compromissos de não-proliferação, um vasto leque de sanções, em lugar de depender mais limitadamente das inspeções invasivas e sanções castradas pelo veto da IAEA e do UNSC.

Na questão do terrorismo, em 1978 o G8 criou um regime contra o sequestro aéreo que se mostrou altamente eficaz na eliminação desse risco tanto nos países membros do G8 como em outros, até os terroristas adotarem, em substituição a essa prática, os ataques suicidas, em 11 de setembro de 2001. Em resposta à associação de terrorismo e armas de destruição em massa vista nos ataques com gás sarin, o G8 criou em 1995 seu fórum ministerial de contraterrorismo. Em resposta aos ataques com antraz nos Estados Unidos, os membros do G7 (sem a Rússia) e o México formaram a Iniciativa Global de Segurança da Saúde. O G8 também agiu com firmeza em resposta aos ataques terroristas nos Estados Unidos em 2001, na Grã-Bretanha em 2005, bem como em outros países membros e tem ajudado a impedir qualquer outro ataque aos Estados Unidos após 2001. Nem a multilateral Organização Internacional de Aviação Civil nem o sistema mais amplo da ONU atuaram, sequer de longe, com a mesma firmeza ou eficácia, por terem a tendência de tratar os terroristas como combatentes pela liberdade apesar da ameaça à segurança da humanidade que estes representam. O sistema da ONU continua até hoje sem contar com uma organização funcional voltada ao contraterrorismo.

Com relação à segurança dos indivíduos em sua forma mais direta e letal, a conquista mais portentosa e decisiva do G8 foi impedir um genocídio de grandes proporções em Kosovo que estava prestes a acontecer (FEARON, 2008; THAKUR, 2006, pp. 208–09; MALONE, 2003; KIRTON, 2000; KUHNE, 2000). No início de 1999, quando a limpeza étnica pelas forças militares sérvias crescia na província de Kosovo, o Conselho de Segurança da ONU recusou-se a agir, em consonância com o princípio estabelecido na

Carta da ONU de não-intervenção em assuntos internos e devido à expectativa de um veto da Rússia e da China. O G8, sem seu mais novo membro, a Rússia, lançando mão dos recursos da Organização do Tratado Atlântico Norte deu início a um ataque militar aéreo em 24 de março de 1999. Quando a guerra aérea lhes pareceu ineficaz, os membros do G7 decidiram pelo envio de tropas terrestres para solucionar o problema. Nesse momento decisivo, o presidente russo Boris Yeltsin resolveu adotar a nova identidade da Rússia como membro do G8 e abandonar sua identidade histórica de defensor dos eslavos e, portanto, dos sérvios. Slobodan Milosevic retirou suas tropas de Kosovo. Pouco depois, sua nação, a Iugoslávia, agora democrática, mandou-o para Haia a fim de que o julgassem por crimes de guerra. A ONU, reconhecendo quem representava agora o novo centro institucional e os princípios definidores de governança global, legitimou retroativamente a ação do G8, transcrevendo e aprovando a declaração do G8 e autorizando o ataque através da Resolução 1244 do seu Conselho de Segurança. Nesse caso, o G8 propôs recorrer à guerra para parar o genocídio, mas a Carta da ONU era contrária a essa ação, e todos os países do G8 acompanharam a decisão do G8 e não a da ONU. O mesmo fez a própria ONU depois de vencida a guerra, endossando legalmente a ação do G8.

De modo mais amplo, segundo o parâmetro essencial de cumprir sua missão central, o G8 vem obtendo sucesso, ajudando a promover a revolução democrática global ainda em curso em todo o mundo. O G8 começou defensivamente, buscando atrair democratas para uma nova Espanha pós-Franco em 1975 e manter os comunistas longe dela e fez o mesmo numa Itália em conflito em 1976 (HAJNAL, 2007, p. 55; PUTNAM e BAYNE, 1984, p. 42). Contribuiu para que uma França com comunistas nativos em seu governo de coalizão impusesse-se com firmeza contra a União Soviética no início dos anos 80, quando a nova Guerra Fria teve início (PUTNAM e BAYNE, 1984, pp. 171-195). Em 1989, o G8 ajudou a fomentar e dar forma à segunda revolução russa — a destruição, em boa parte pacífica, do bloco, do sistema e da ideologia da União Soviética e o surgimento dos Estados democratas que a sucederam. Foi sintomático o fato de o líder soviético Mikhail Gorbachev enviar aos líderes do G7 reunidos em Paris em 16 de julho e não aos dirigentes da ONU, do FMI ou do Banco Mundial a carta em que declarou a intenção de entrar no sistema ocidental. Nos anos seguintes, os líderes do G7 sabiamente permitiram uma participação maior da Rússia e, finalmente, a acolheram como membro em sua cúpula do G7, mobilizando recursos financeiros do FMI e do Banco Central, controlados pelo grupo, para

apoiar e fortalecer o processo russo de reforma democrática. Posteriormente, o G8 ajudou a levar a democracia aos Bálcãs e à Indonésia, assolados pela crise financeira asiática de 1997-99, protegeu a democracia nas Américas e a apoiou na África por ocasião da chegada do novo milênio.

De forma mais ampla ainda, o G8 mostrou um desempenho robusto e crescente como um centro de governança global em todas as seis dimensões-chaves ao longo de seus primeiros 35 anos. Como documenta o Anexo (seção 7 do texto), ele promoveu 95 dias de discussões entre os líderes, cujos resultados se encontram registrados em 195 documentos públicos. Estes contêm 3.189 compromissos coletivos, cumpridos pelos membros do G8 no ano seguinte em um nível médio de +41 numa escala que vai de -100 a +100. Durante esse período e ao longo dos cinco ciclos de sete anos como anfitrião, o desempenho do G8 de maneira geral cresceu, sempre avante, com dois saltos notáveis. O primeiro deu-se com o fim da Guerra Fria, em 1989, e o segundo quando a globalização instalou-se com a chegada do século 21.

Para demonstrar o efeito autônomo do G8 na alteração do comportamento ou na imposição de restrições às ações de seus membros mais poderosos é especialmente importante a sistemática comprovação do cumprimento por parte desses membros dos compromissos assumidos com o G8. Numa escala que vai de -100 (para ações contrárias ao compromisso ou para a falta de uma ação para apoiá-lo) a +100 (para, basicamente, cumprimento pleno), o índice de cumprimento do G8 subiu de +31 de 1975 a 1989, passando por +41 de 1988 a 1995, para +51% de 1996 a 2007 (KOKOTSIS e DANIELS 1999). Ao longo desse período, o país mais poderoso do mundo, os Estados Unidos, passaram, em termos de cumprimento dos compromissos com o G8, do penúltimo lugar para o primeiro pelotão, o que sugere que quando a globalização pós-Guerra Fria instalou-se, o G8 cada vez mais coagiu os Estados Unidos, agora mais vulnerável e crescentemente necessitado da ajuda de seus parceiros do G8. Tal conclusão se apoia em um processo detalhado de acompanhamento em casos críticos, tanto antes quanto depois do fim da Guerra Fria (IKENBERRY, 1988; FRATIANNI, KIRTON, RUGMAN e SAVONA, 2005). O alto índice de cumprimento dos compromissos assumidos com o G8 em searas como energia e terrorismo sugere ainda que é o G8, e não a ONU, que vem mudando o comportamento dos membros, pois a ONU não dispõe de uma organização funcional dirigida à área de segurança energética e de contraterrorismo e as resoluções do seu Conselho de Segurança ou da sua Assembleia Geral foram mais lenientes ou estabeleceram uma direção diferente daquelas do G8 que os mesmos países adotaram. Uma outra área é a do

crime e da corrupção, em que falta à ONU uma organização funcional específica, mas na qual a reunião de cúpula do G8 elaborou 117 compromissos entre 1988 e 2007 e viu seus membros cumprirem-nos à taxa de +32.

O impacto autônomo do G8 na coerção de seus membros pode ser melhor observado nas provas recentes de que os líderes do G8 em suas reuniões de cúpula são capazes de elaborar seus compromissos de maneira a incentivar o cumprimento dos mesmos ao longo do ano seguinte (KIRTON, 2006; KIRTON et al. 2007). No campo das finanças, do desenvolvimento, da saúde e da mudança climática, caso se estabeleça um prazo de um ano para consecução de suas metas e uma prioridade expressa em seus *communiqués*, o índice de cumprimento sobe. É importante ressaltar que se o compromisso contiver uma referência ao órgão central da ONU em tal seara (como o FMI no que tange às finanças, o Banco Central no que se refere ao desenvolvimento e a Organização Mundial da Saúde, na área da saúde), o índice de cumprimento cresce, enquanto referências a outros órgãos da ONU fazem cair o índice de cumprimento. Essas descobertas sugerem que a ONU não contribui para aumentar ou diminuir o índice de cumprimento dos compromissos assumidos com o G8, mas os líderes do G8 são capazes de engajar organizações funcionais do sistema da ONU de forma a mobilizar os recursos deste no sentido de aumentar o índice de cumprimento.

4. A CONTRIBUIÇÃO DA CÚPULA DE 2008 DO G8

Esse histórico de incremento geral do desempenho do G8 foi reforçado mais recentemente pela sua 34ª Reunião de Cúpula, sediada no Lago Toyako, no Japão, entre 6-8 de julho de 2008. Presidiu-a o primeiro-ministro japonês Yasuo Fukuda, como participante e anfitrião da cúpula pela primeira vez. Igualmente compareceram à sua primeira cúpula na condição de líderes o primeiro-ministro britânico Gordon Brown e o presidente russo Dimitri Medvedev. Foi a segunda reunião de cúpula para o presidente francês Nicolas Sarkozy, a terceira para a chanceler alemã Angela Merkel e para o primeiro-ministro canadense Stephen Harper e a quarta para o presidente da Comissão Europeia José Manuel Barroso. Para o primeiro-ministro italiano, essa foi a sexta reunião de cúpula e para o presidente dos Estados Unidos, George Bush, a oitava e última.

Observadores experientes do papel do G8 e do Japão nessa cúpula concluíram corretamente que o desempenho da reunião de 2008 foi substancial sob vários aspectos. Conforme afirma Hugo Dobson (2008): “O Japão

sediou, mais uma vez, uma reunião de cúpula razoavelmente bem sucedida, com seus prós e contras – parcialmente boa (...) com resultados dúbios. Toyako não logrou o mesmo sucesso que algumas cúpulas (Rambouillet em 1975 ou Bonn em 1978, por exemplo) nem foi tão desastrosa quanto outras (San Juan em 1976 ou Bonn in 1978).”

Quanto à administração política interna, a Cúpula de Toyako não contribuiu para manter no cargo o anfitrião Yasuo Fukuda nem os republicanos de George Bush nos meses que a sucederam. Ajudou, no entanto, na reeleição dos Conservadores de Stephen Harper no Canadá em 14 de outubro, bem como a maioria dos membros no gerenciamento da questão internamente delicada do controle da mudança climática. No que tange a decisões, a cúpula produziu um dos mais extensos registros escritos representados pelos documentos oficiais aprovados pelos líderes membros. No que tange a estabelecer uma direção, a cúpula forneceu alguns princípios importantes e inovadores, principalmente ao definir como prioridade a mudança climática. Quanto a decisões tomadas, seus 296 compromissos representaram mais de três vezes os 95 produzidos pela posterior Reunião de Cúpula do G20 em novembro do mesmo ano.

Em matéria de resultados, a presença abundante de catalizadores de cumprimento comprovadamente eficazes no passado sugere que os líderes do G8 manterão de forma consistente os compromissos assumidos, ainda que a atual crise financeira e econômica torne isso mais difícil. O G8 também criou mecanismos para monitorar com mais credibilidade e, conseqüentemente, obter com mais eficácia o cumprimento dos 33 ambiciosos compromissos da reunião de cúpula, sobretudo os relacionados à saúde, cujo prazo vence em 2010.

Quanto ao desenvolvimento da governança global, os líderes do G8 criaram uma instituição em nível de cúpula do Encontro das Principais Economias (MEM), cujos 16 membros comprovaram ser capazes de fazer as principais economias emergentes adotar um regime mais eficaz no que tange ao controle da mudança climática. Ao receber um relatório provisório sobre o Processo Heiligendamm, o G8 e seu Grupo dos Cinco (G5) entusiasticamente deram o passo seguinte para a inclusão da China, da Índia, do Brasil, do México e da África do Sul, que vêm se mostrando preparados para assumir a pesada responsabilidade de fazer parte do clube G8. O G8 também convocou a primeira reunião dos ministros da agricultura do G8, pavimentando o caminho para uma nova instituição do G8 destinada a lidar com a questão crucial dos alimentos. Esta decisão demonstra a clara constatação de que a crise de alimentos não poderia ser solucionada pela Organização de Alimentos

e Agricultura das Nações Unidas (FAO, em inglês), pelo Programa Alimentar Mundial (WFP, em inglês) e pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD, em inglês) da ONU nem poderia ser deixada exclusivamente a cargo desses órgãos. Para salvar vidas era urgentemente necessária a governança global do G8 sobre a questão dos alimentos.

Quanto aos principais desafios globais, os líderes do G8 promoveram avanços substanciais em diversas searas. Com relação à mudança climática, adotaram uma alternativa à abordagem fracassada da ONU. Todos os líderes do G8 concordaram em reduzir no mínimo pela metade as emissões de gases de efeito estufa até 2050. Embora os críticos tenham constatado com razão que eles não especificaram um ano base comum a todos, as reduções acordadas até 2050 a partir de anos base individuais utilizados pelos membros (variando de 1990 até 2008), em cenários de manutenção das tendências atuais, em muito suplantam qualquer pequena vantagem que pudesse advir do fato de todos concordarem com o mesmo ano base de 1990. O G8 também implementou uma estratégia setorial inovadora, de baixo para cima, com a qual tanto o mundo desenvolvido quanto o mundo em desenvolvimento poderiam contribuir. Trata-se de oferecer novos financiamentos substanciais e tecnologias novas a países em desenvolvimento, bem como de liberalizar o comércio de produtos ambientalmente enriquecedores. Todos os principais emissores de gases comprometeram-se a controlar seu carbono e identificaram meios pelos quais conseguir cumprir tal compromisso a curto e médio prazos. Em consequência, os Estados Unidos, a China, o Brasil, o México e a África do Sul aceitaram, finalmente, compromissos politicamente obrigatórios de redução de carbono dentro de um regime de controle climático agora genuinamente global e presumivelmente eficaz.

No terreno do desenvolvimento sustentável, sob uma perspectiva mais ampla, sobretudo na África, os líderes do G8 avançaram na área da saúde, do abastecimento de água, da educação e da assistência ao desenvolvimento. Assim fizeram ratificando compromissos anteriores, acrescentando mecanismos para monitorar o cumprimento dos mesmos e apoiando os funcionários da saúde e as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDGs). Produziram abordagens inovadoras de médio prazo para garantir o abastecimento de alimentos explorando uma reserva estratégica de grãos do G8. Além disso, melhoraram a infraestrutura, atuaram na redução da corrupção e na criação de condições de apoio à paz na África e em todo o mundo.

Na seara da não-proliferação nuclear, os líderes do G8 defenderam sanções e incentivos para pôr fim à proliferação no Irã e forneceram incentivos

para o mesmo fim na Coreia do Norte. Ao mesmo tempo, ampliaram seu sinal verde para uma nova geração de energia nuclear, acompanhada de segurança nuclear confiável e controles de segurança. No restante da sua urgente agenda sobre política e segurança, os líderes do G8 agiram com determinação para restaurar a democracia no Zimbábue por meio de ações listadas em uma declaração em separado. Apoiaram a democracia no Afeganistão e a guerra contra o terrorismo nesse país, bem como defenderam a democracia, o Estado de Direito e a segurança individual em Mianmar, no Sudão e no Oriente Médio.

Apenas no terreno das finanças, da economia e do comércio, os líderes do G8 fracassaram em larga escala. Em meio a uma crise na construção, à contenção do crédito, à redução do crescimento, ao aumento da inflação e à alta desenfreada dos preços da energia e dos alimentos, os líderes do G8 ignoraram o medíocre crescimento em suas economias e voltaram sua preocupação unicamente para a inflação. Requereram a redução dos desequilíbrios, mas nada fizeram para conter a queda do dólar. Sua abordagem do comércio, sobretudo a Organização Mundial de Comércio (WTO) em muito atrasou a Rodada de Desenvolvimento de Doha, e praticamente o mesmo pode ser dito quanto à energia. Com efeito, estabeleceram novas diretrizes, mas não tomaram qualquer decisão no sentido de administrar os recursos soberanos. Ofereceram apoio político, porém não pragmático, quanto a inovações partilhadas e garantidas e a direitos sobre a propriedade intelectual.

Os avanços em todos os itens da agenda, afora os referentes às finanças e à economia, foram obtidos por um Japão profundamente envolvido com o G8 e seu único membro a sediar sempre reuniões de cúpula bem-sucedidas. Sucessos anteriores incluem a primeira cúpula do Japão em 1979, com suas conquistas históricas no setor da mudança climática e da energia, e a mais recente cúpula sediada no país, em 2000, com suas inovações sobre desenvolvimento, prevenção de conflitos, diversidade cultural e uma quase completa realização das muitas promessas feitas. Para 2008, houve mais ímpeto nas expectativas para Toyako, a partir de um processo preparatório em que se verificou uma forte continuidade com relação às prioridades de reuniões de cúpula recentes do G8, um cumprimento consistente dos compromissos assumidos no ano anterior, um intenso entrosamento bilateral entre os membros do G8 e seus parceiros G5, uma sequência inédita de encontros ministeriais e outros, mais amplos, do G8, bem como todo um conjunto de sessões de negociação entre os representantes pessoais dos líderes.

Um empurrão externo a contribuir para o bom desempenho veio, em primeiro lugar, do choque ante a escalada do preço do petróleo, que alcançou altas históricas, dos ciclones e das enchentes, que revelaram o alto preço da falta de controle da mudança climática, e da subida acentuada dos preços dos alimentos e do gás. Um segundo fator foi a capacitação internamente uniforme e globalmente predominante dos membros do G8, graças à desaceleração econômica dos Estados Unidos com seu dólar em queda, à ascensão do Japão e da Rússia, à expansão da União Europeia (UE) e ao fortalecimento do euro. Um terceiro fator foi o compromisso coletivo dos países do G8 e de todos os 16 países convidados a participar, salvo a China, com os valores básicos do G8, ou seja, democracia aberta, liberdade individual e avanço social aplicados à segurança energética, ao desenvolvimento da África à Ásia.

Entretanto, vários obstáculos de monta impediram um sucesso mais consistente da reunião de cúpula, coroado com um grande avanço codificado em metas e prazos quantitativos na área da mudança climática. Não houve choques alarmantes nos terrenos da segurança, do suprimento de energia, dos sistemas financeiros nacionais ou da saúde para mostrar aos líderes do G8 a vulnerabilidade imediata de seus países a ameaças globais externas. Ademais, o sistema da ONU já havia envidado esforços promissores para lidar com o investimento em tecnologia limpa, com a crise global de abastecimento de alimentos e com a proliferação nuclear no Irã, ainda que não tivesse feito o mesmo com relação à segurança individual no Zimbábue, em Mianmar e no Sudão. A ONU também já oferecera um atraente precedente ao Protocolo de Kioto como processo alternativo e o ano de 2009 como prazo fatal a fim de convencer alguns membros do G8 e do G5 a postergarem uma ação direcionada à mudança climática em Toyako, na esperança interesseira de obter um acordo melhor para si próprios mais à frente. Vários dos membros mais poderosos do G8, inclusive o anfitrião Japão, enviaram à reunião de cúpula líderes que não controlavam com firmeza seus partidos ou legislaturas, que eram profundamente impopulares junto a seus eleitores e que não permaneceriam no cargo por tempo suficiente para cumprir, pessoalmente, as promessas assumidas. Uma tentação especialmente forte foi adiar comprometer-se com qualquer grande acordo sobre mudança climática, saúde, desenvolvimento e comércio até 2009, quando um novo presidente e um novo Congresso americanos, supostamente mais flexíveis e poderosos, assumiriam o poder. Finalmente, com oito líderes africanos convidados participando da reunião no primeiro dia e os oito outros maiores emissores de gases e economias emergentes do mundo envolvidos nos debates no terceiro dia, restou apenas um

dia, o segundo, para que os líderes do G8 se encontrassem sozinhos a fim de mobilizar vontade política e responsabilidade coletivas para liderar o mundo em questões complexas como a crise financeira, a crise de abastecimento, a crise de energia e muito mais.

No final, eles utilizaram esse tempo reduzido produtivamente, salvo nos campos financeiro e econômico. Seus parceiros convidados se uniram aos colegas do G8 na tarefa crucial de controlar a mudança climática, na medida certa para tornar a cúpula um sucesso. George Bush, dos Estados Unidos, e Hu Jintao, da China, mostraram ser estadistas ao promover os ajustes necessários para produzir o altamente necessário grande acordo global sobre mudança climática. Com os Estados Unidos, seu Congresso e o próprio Bush já caminhando nessa direção, o país ecologicamente vulnerável de Hu assumiu uma responsabilidade global compatível com sua ascensão global. A estratégia de alto risco da cúpula do Japão, assim, valeu a pena. Contra todas as expectativas, o primeiro-ministro Fukuda provou, como anfitrião do G8, ser um estadista global de primeira linha.

5. O POTENCIAL DO G8 COMO UM CENTRO DE GOVERNANÇA GLOBAL

Esse histórico de liderança e realizações em termos de governança global de um amplo leque de desafios fundamentais sugere que a importância do G8 crescerá no futuro, mesmo com a chegada de uma cúpula do G20 para focar de maneira muito mais estrita as finanças, a economia e o comércio. No entanto, para que o G8 floresça de maneira a atingir seu potencial pleno, três inovações em sua própria governança precisam ser feitas.

A primeira diz respeito à sua arquitetura institucional. Aqui, o G8 não precisa se expandir rápida e totalmente com a inclusão de um maior número de membros plenos ou participantes parciais a fim de recuperar sua capacidade global hegemônica para enfrentar qualquer crise de eficácia, receptividade, representatividade ou legitimidade, a fim de melhorar seu desempenho modesto ou de satisfazer qualquer ideal democrático arbitrário. No entanto, um G8 devidamente dedicado à missão para a qual foi criado necessita ampliar seu alcance agora e muito em breve aumentar o número de seus membros, a fim de cumprir seu propósito político essencial de democratização, bem como para lidar melhor, com base nesse propósito, com questões cruciais em um mundo que se globaliza. Mais importante ainda é a sua necessidade de criar instituições inclusivas em nível ministerial em áreas que seus

líderes priorizem e onde o sistema alternativo da ONU de governança global seja institucionalmente fraco. Acima de tudo, é preciso atrair fatias importantes da sociedade civil democrática para a governança do G8, da forma abrangente, equilibrada e sistemática como as mesmas foram incluídas na vida política interna dos países membros.

A segunda inovação diz respeito ao seu desempenho quanto ao cumprimento das promessas mais ambiciosas feitas ao longo da década passada, o que precisa acontecer até a cúpula que ocorrerá no Canadá em 2010. Desde 1997, os líderes do G8 prometeram 33 vezes promover até 2010 dez soluções portentosas e desejáveis que contribuirão para salvar vários milhões de vidas em todo o mundo. Na concepção mais entusiasta dessas promessas, os líderes do G8 comprometeram-se a produzir até 2010 um mundo em que as emissões de gases de efeito estufa terão sido reduzidas, a perda de biodiversidade terá diminuído consideravelmente e a proliferação de armas nucleares terá caído. Além disso, nesse mundo, todos os doentes de AIDS terão acesso a tratamento que possam pagar, a incidência de malária e tuberculose será cortada pela metade, a poliomielite erradicada do planeta, a ajuda para a África dobrada, as tropas africanas poderão pôr fim ao conflito em seu continente, o apoio à paz protegerá os indivíduos em todo o mundo e não haverá evasão fiscal por parte dos ricos. No ritmo atual de progresso, é evidente que eles não cumprirão todas essas promessas. Com efeito, em meio à crise financeira e econômica do momento, é possível que não cumpram uma única sequer.

A terceira inovação é construir um relacionamento de trabalho eficaz com a nova cúpula do G20 que acaba de nascer. A base dessa nova parceria é uma embrionária divisão global de tarefas, com o G20 concentrando-se nas finanças e na economia e o G8 no restante. Ademais, em sua plataforma básica, o G20 poderia muito bem requisitar a assistência do G8 e seus parceiros quando estes se reunirem na Itália, três meses após a Cúpula de Londres do G20. É improvável que a atual crise financeira e econômica global esteja solucionada até lá. Já existe uma agenda substancial em comum quanto ao comércio, ao desenvolvimento e à reforma institucional internacional. Além disso, a maneira como cada Grupo administrar sua própria agenda específica exercerá um forte impacto no desempenho do outro. Nesse aspecto, é vantajoso que no núcleo de ambos os grupos, seja como membros plenos ou participantes permanentes, estejam os mesmos países: os do G8, o G5 (com China, Índia, Brasil, México e África do Sul), e os australianos, indonésios e sul-coreanos que o MEM do G8 aglutina para lidar com a questão da mudança climática. A maioria dos líderes do G20 há muito se programou para estar na

Itália de 8 a 10 de julho. No entanto, a interação entre os dois grupos e sua potencial integração permanecem como um importante desafio de governança global para todos.

55

a governança global do G8

John Kirton | Professor de Ciência Política e Diretor do Centro de Pesquisa sobre o G-8 ligado ao Munk Centre for International Studies da Universidade de Toronto. Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Toronto (1971), mestre em *International Affairs* pela Carleton University (1973) e Ph.D em *International Studies* pela Paul H. Nitze School of Advanced International Studies da Johns Hopkins University. Especialista em política externa canadense, G-8, governança global e comércio e meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUSH, George. Press Briefing. Washington (DC), 15 de novembro de 2008. Disponível em www.whitehouse.gov/news/releases/2008/11/20081115-5.html. Acessado em dezembro de 2008.
- DOBSON, Hugo. The 2008 Hokkaido-Toyako G8 Summit: Neither Summit Nor Plummet. *Asia-Pacific Journal* (48-4-08). 30 de novembro, 2008.
- FEARON, James D. International Institutions and Collective Authorization of the Use of Force. In: ALEXANDROFF, Alan S. (ed.). *Can the World Be Governed? Possibilities for Effective Multilateralism*. Waterloo (ON): Wilfrid Laurier University Press, 2008.
- FRATIANNI, Michele; KIRTON, John; RUGMAN, Alan; SAVONA, Paolo (eds.). *New Perspectives on Global Governance: Why America Needs the G8*. Ashgate: Aldershot, 2005.
- G7. *Declaration*. Tóquio, 29 de junho de 1979. Disponível em www.g8.utoronto.ca/summit/1979tokyo/communique.html. Acessado em dezembro de 2008.
- G20. *Declaration of the Summit on Financial Markets and the World Economy*. Washington (DC), 15 de novembro de 2008. Disponível em www.g20.utoronto.ca/2008-leaders-declaration-081115.html. Acessado em dezembro de 2008.
- GUEBERT, Jenilee. *Italy's 2009 G8: Plans for the Summit*. 4 de dezembro de 2008(a). Disponível em www.g8.utoronto.ca/evaluations/2009maddalena/2009plans/2009-g8plans-081208.pdf. Acessado em dezembro de 2008.
- _____. *Canada's 2010 G8 Summit Plans*. 8 de dezembro de 2008(b). Disponível em www.g8.utoronto.ca/evaluations/2010huntsville/2010plans/2010-g8plans-081208.pdf. Acessado em dezembro de 2008.
- HAJNAL, Peter. *The G8 System and the G20: Evolution, Role and Documentation*. Ashgate: Aldershot, 2007.
- IKENBERRY, John. Market Solutions for State Problems: The International and Domestic Politics of American Oil Decontrol." *International Organization*. V. 42 (Inverno), 1988, pp. 151-178.
- KIRTON, John; KOCH, Madeline (eds.). *Growth, Innovation, Inclusion: The G20 at Ten*. Londres: Newsdesk Communications, 2008.
- KIRTON, John; ROUDEV, Nick; SUNDERLAND, Laura. Making Major Powers Deliver: Explaining Compliance with G8 Health Commitments, 1996-2006. *Bulletin of the World Health Organization*. V. 85, n. 3 março de 2007, pp. 192-199.
- KIRTON, John. Explaining Compliance with G8 Finance Commitments: Agency, Institutionalization and Structure. *Open Economies Review*. V. 17, novembro de 2006.
- _____. The G8 — Heading for a Major Role in International Peace and Security? In: KUHNE, Winrich; PRANTL, Jochen (eds.). *The Security Council*

and the G8 in the New Millennium: Who Is in Charge of International Peace and Security? Berlim: Stiftung Wissenschaft und Politik, 2000.

KOKOTSIS, Ella. DANIELS, Joseph Daniels. G8 Summits and Compliance. In: HODGES, Michael; KIRTON, John; DANIELS, Joseph (eds.). *The G8's Role in the New Millennium*. Ashgate: Aldershot, 1999, pp. 75-94.

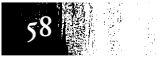
KUHNE, Winrich (ed.). *The Security Council and the G8 in the New Millennium: Who Is in Charge of International Peace and Security?* Berlim: Stiftung Wissenschaft und Politik, 2000.

MALONE, David. U.S.-UN Relations in the UN Security Council in the Post-Cold War Era. In: FOOT, Rosemary; MCFARLANE, S. Neil; MASTANDUNO, Michael (eds.). *U.S. Hegemony and International Organizations*. Nova York: Oxford University Press, 2003.

PAYNE, Anthony. The G8 in a Changing Global Economic Order. *International Affairs*. V. 84 (3), 2008.

PUTNAM, Robert; BAYNE, Nicholas. *Hanging Together: The Seven Power Summits*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1984.

THAKUR, Ramesh. The United Nations, Peace and Security: From Collective Responsibility to the Responsibility to Protect. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.



ANEXO: O DESEMPENHO DA CÚPULA DO G8 POR FUNÇÃO (1975–2008)

Ano	Administração Pol. Doméstica				Deliberativo		Direcional			Resultado	Des. da Gov. Global		Particip.	Local da Cúpula
	Aval. Bayne	% Mem	Med	# Refs	# Dias	# Declar.	# of Palavras	# Refs to Val. Básicos	# Cmts	Cumprimento	# Bodies	# Mem	# Par P/OI Min/Of	
1975	A–	33%	0.33	3	3	1	1,129	5	14	57.1	0/1	4/6	0/0	Ldg
1976	D	33%	1.00	2	2	1	1,624	0	7	08.9	0/0	7	0/0	Res
1977	B–	50%	1.50	2	2	6	2,669	0	29	08.4	0/1	8	0/0	Cap
1978	A	75%	3.25	2	2	2	2,999	0	35	36.3	0/0	8	0/0	Cap
1979	B+	67%	3.33	2	2	2	2,102	0	34	82.3	1/2	8	0/0	Cap
1980	C+	20%	0.40	2	2	5	3,996	3	55	07.6	0/1	8	0/0	Prv
1981	C	50%	3.75	2	2	3	3,165	0	40	26.6	1/0	8	0/0	Ldg
1982	C	75%	1.75	3	3	2	1,796	0	23	84.0	0/3	9	0/0	Ldg
1983	B	60%	3.00	3	3	2	2,156	7	38	–10.9	0/0	8	0/0	Res
1984	C–	25%	0.50	3	3	5	3,261	0	31	48.8	1/0	8	0/0	Cap
1985	E	33%	1.00	3	3	2	3,127	1	24	01.0	0/2	8	0/0	Cap
1986	B+	80%	4.40	3	3	4	3,582	1	39	58.3	1/1	9	0/0	Cap
1987	D	25%	6.00	3	3	7	5,064	0	53	93.3	0/2	9	0/0	Prv
1988	C–	25%	0.50	3	3	3	4,872	0	27	–47.8	0/0	8	0/0	Prv
1989	B+	50%	1.00	3	3	11	7,125	1	61	07.8	0/1	8	0/0	Cap
1990	D	33%	0.67	3	3	3	7,601	10	78	–14.0	0/3	8	0/0	Prv
1991	B–	20%	2.80	3	3	3	8,099	8	53	00.0	0/0	9	1/0	Cap

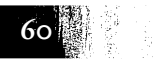
continua

continuação

Ano	Aval. Bayne	Administração Pol. Doméstica			Deliberativo			Direcional			Resultado	Des. da Gov. Global			Particip.	Local da Cúpula
		% Mem	Med	# Refs	# Dias	# Declar.	# of Palavras	# Refs to Val. Básicos	# Cmts	Cumprimento		# Bodies	# Mem	# Par P/OI Min/Of		
1992	D	33%	1.33	3	4	7,528	5	41	64.0	1/1	8	0/0	Prv			
1993	C+	33%	1.00	3	2	3,398	2	29	75.0	0/2	8	1/0	Cap			
1994	C	40%	1.80	3	2	4,123	5	53	100.0	1/0	8	1/0	Prv			
1995	B+	25%	0.25	3	3	7,250	0	78	100.0	2/2	8	1/0	Prv			
1996	B	40%	0.40	3	5	15,289	6	128	41.0	0/3	8	?	Prv			
1997	C-	40%	0.40	3	4	12,994	6	145	12.8	1/3	9	1/0	Prv			
1998	B+	60%	1.00	3	4	6,092	5	73	31.8	0/0	9	0/0	Prv			
1999	B+	80%	1.60	3	4	10,019	4	46	38.2	1/5	9	0/0	Prv			
2000	B	25%	9.50	3	5	13,596	6	105	81.4	0/4	9	0/0	Res			
2001	B	40%	1.20	3	7	6,214	3	58	55.0	1/2	9	7/5	Prv			
2002	B+	17%	0.17	2	18	11,959	10	187	35.0	1/8	10	4/1	Res			
2003	C	75%	1.25	3	14	16,889	17	206	65.8	0/5	10	12/5	Prv			
2004	C+	33%	0.67	3	16	38,517	11	245	54.0	0/15	10	12/0	Res			
2005	A-	50%	0.50	3	16	22,286	29	212	65.0	0/5	9	11/6	Res			
2006	N/D	25%	0.25	3	15	30,695	256	317	47.0	0/4	10	5/10	Prv			
2007	N/D	75%	1.25	3	8	25,857	651	329	51.0	0/4	9	9/9	Res			
2008	N/D	33%	1.33	3	6	16,842	TBC	296		1/4	9	15/6	Res			
Total				95	195	313,915	1052	3,118		13/92	289	81/46	ND			

continua





continuação

Ano	Aval.	Administração Pol. Doméstica				Deliberativo		Direcional		Resultado	Des. da Gov. Global		Particip.	Local da Cúpula
		Bayne	% Mem	Med # Refs	# Dias	# Declar.	# of Palavras	# Refs to Val. Básicos	# Cmts		Cumprimento	# Bodies		
Média ger.	B–		43%	1.74	2.8	5.7	9,233	31.9	91.7	41.35	0.38/2.71	8.5	2.38/1.35	ND
Méd. Ciclo 1	B–		47%	1.94	2.1	2.9	2,526	1.1	29	32.46	0.14/0.71	7.43	0/0	ND
Méd. Ciclo 2	C–		46%	2.45	3	3.3	3,408	1.3	34	32.39	0.29/1.14	8.43	0/0	ND
Méd. Ciclo 3	C+		33%	1.26	3	4	6,446	4.4	56	47.54	0.58/1.29	8.14	0.57/0	ND
Méd. Ciclo 4	B		43%	2.04	2.9	6.7	10,880	5.7	106	42.17	0.58/3.57	9.00	1.86/1.43	ND
Méd. Ciclo 5	B–		49%	0.88	3	12.5	25,181	177	255.67	56.56	0.17/6.16	9.50	10.67/6.0	ND

N/D=Não disponível; TBC=a ser calculado.

*Administração Política Doméstica (Pronunciamentos à Nação): % Mem é a percentagem de países mensurados do G8 que se referiram ao G7/G8 no mínimo uma vez no ano em seus pronunciamentos à nação. Med # refs = é a média do número de referências para os países mensurados.

*Direcional: número de referências no *communiqué* ou no Relatório da Presidência aos valores essenciais do G8: democracia, progresso social e liberdade individual.

*Números referentes a cumprimento entre 1990 e 1995 medem o cumprimento de compromissos selecionados por Ella Kokoris. Números referentes a cumprimento entre 1996 e 2007 medem o cumprimento dos compromissos selecionados pelo Grupo de Pesquisa do G8. *O número de 2007 é um número provisório para esse ano e não está incluído na média geral ou do ciclo.

*Órgãos Min/Of é o número de novas instituições criadas por países do G7/8 em nível ministerial (min) e oficial (of) na Cúpula ou pela Cúpula, ou durante o ano em que esse país foi o anfitrião, com a ocorrência de, no mínimo, um encontro. O primeiro número representa órgãos ministeriais criados, o segundo, órgãos oficiais.

*Participantes se referem ao número de líderes de membros plenos, inclusive os que representam a Comunidade Europeia desde o início, e o número de participantes convidados de países e/ou de organizações internacionais na sessão dos líderes do G8. A Rússia começou como participante em 1991 e se tornou um membro pleno em 1998. Em 1975, o G4 se reuniu sem o Japão e a Itália; mais tarde no mesmo ano, o G6 se reuniu. P=Países; OI=Organizações Internacionais. O primeiro número representa países que não pertencem ao G8 e participaram. O segundo número representa as Organizações Internacionais que participaram. Tiveram lugar em 1989 e 2000 conversas próximas, em que países e/ou Organizações Internacionais foram convidados a participar das atividades suplementares do G8, mas não daquelas em que se encontravam presentes todos os líderes do G8.

*Local da Cúpula: Ldg= evento realizado nas cercanias da capital; Res= evento realizado em *resort* afastado; Cap= evento realizado na capital; Prv= evento realizado em cidade outra que não capital.